

13. DOS RECURSOS  
13.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação nas seguintes hipóteses:  
13.1.1. contra a decisão de indeferimento da inscrição, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no Diário Oficial do Estado;  
13.1.2. do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE;  
13.2. o candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br>.  
14. CONTRATAÇÃO  
14.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.  
14.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.  
14.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, até a criação da Administração.  
14.4. Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;  
14.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;  
14.6. o candidato estrangeiro fica dispensado das exigências contidas nos subitens 14.4 e 14.5.  
14.7. Em caso de diploma de graduação obtido no exterior, o candidato deverá apresentar o comprovante de revalidação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.  
14.8. Em caso de títulos obtidos fora da Unesp que exijam equivalência o candidato deverá apresentar a sua comprovação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.  
14.8.1. Sendo apresentado protocolo com data superior a 30 dias, o candidato deverá anexar documento comprobatório referente ao andamento do processo de equivalência atualizado.  
14.8.2. Após 3 (três) meses da contratação, a fim de dar continuidade a seu vínculo docente, caso ainda não tenha sido comprovada a equivalência, deverá ser apresentado, novamente, o andamento do processo com a respectiva comprovação.  
14.9. Não registrar antecedentes criminais.  
14.10. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início do outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.  
15. DISPOSIÇÕES GERAIS  
15.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.  
15.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.  
15.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.  
15.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.  
15.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.  
15.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realizar.  
15.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br>, referente ao presente concurso.  
15.8. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.  
15.9. A inscrição implicará no conhecimento deste Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.  
15.10. Implicará na rescisão por justa causa do candidato:  
15.10.1. o não atendimento dos itens 3.1.1., 3.1.2. e 14.8.2.;  
15.10.2. a não apresentação da cédula de identidade com foto em vigor permanente, no caso de candidato estrangeiro.  
15.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.  
15.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja contratado posteriormente.  
15.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.  
15.14. Qualquer membro da Congregação da Unidade tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, as irregularidades que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.  
PROGRAMA  
1. - Raças e cruzamentos de ovinos;  
2. - Manejo nutricional do rebanho ovino;  
3. - Produção de carne ovina;  
4. - Comportamento social, inato e aprendido dos animais;  
5. - Introdução ao comportamento animal;  
6. - Conceitos e ferramentas utilizadas no estudo do bem-estar animal;  
7. - O estresse como indicador do bem-estar animal;  
8. - Código de Deontologia e Ética do Zootecnista;  
9. - Sistemas de produção e principais espécies de peixes de interesse comercial;  
10. - Anatomia e fisiologia de peixes;  
11. - Construção e manejo de tanques para piscicultura;  
12. - Exigências nutricionais e programas de alimentação de peixes.  
Bibliografia:  
ALCOCK, J. Comportamento animal: uma abordagem evolutiva. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.  
APPLEBY, M. C.; HUGHES, B. O. Animal welfare. Wallingford: CAB International, 1997.  
BALDISSEROTTO, B. Espécies nativas para a piscicultura no Brasil. 3. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020.  
BRASIL. Casa civil. Lei nº 5550, de 4 de dezembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão Zootecnista. Diário Oficial do União, Brasília, DF, 05 dez. 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/civil/05/leis/1950-1969/5550.htm>. Acesso em: 13 dez. 2023.  
BROOM, D. M.; FRASER, A. F. Comportamento e bem-estar de animais domésticos. 4. ed. São Paulo: Manole, 2010.  
BROOM, D. M.; JOHNSON, K. G. Stress and animal welfare. London: Chapman & Hall, 1993.  
CARTHY, J. D. Comportamento animal. São Paulo: EPU/EDUEPI, 1980.  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Manual de responsabilidade técnica e legislação. 4. ed. rev. São Paulo: CRMV-SP, 2019. 475 p. Disponível em: [https://crmvs.org.br/wp-content/uploads/2021/03/MANUAL\\_RT\\_CRMV-SP.pdf](https://crmvs.org.br/wp-content/uploads/2021/03/MANUAL_RT_CRMV-SP.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022

CYRINO, J. E. P.; URBINATI, E. C.; FRACALOSSO, D. M.; CATAGNOLLI, N. Tópicos especiais em piscicultura de água doce tropical intensiva. São Paulo: TeCART, 2004. 533 p.  
DEL CLARÓ, K. Comportamento animal: uma introdução à ecologia comportamental. Jundiaí: Livraria Concelto, 2004.  
FRACALOSSO, D. M.; CYRINO, J. E. P. Nutrição: nutrição e alimentação de espécies de interesse para a aquicultura brasileira. Florianópolis: Aquário, 2013. 375 p.  
FRER, M.; DOVE, H. Sheep nutrition. Wallingford: CAB Publishing, 2002. 385 p.  
HARTUNG, J.; PARANHOS DA COSTA, M.; PEREZ, C. O bem-estar animal no Brasil e na Alemanha: responsabilidade e sensibilidade. São Paulo: Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, 2019.  
JARDINS, W. R. Os ovinos. São Paulo: Melhoramento, 1987. 193 p.  
MARTIN, P.; BATESON, P. Measuring behaviour: an introductory guide. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.  
MORIERA, H. L. M.; VARGAS, L.; RIBEIRO, R. P.; ZIMMERMANN, S. Fundamentos da moderna agricultura. Canoas: ED ULBRA, 2001.  
PARANHOS DA COSTA, M. J. R.; CROMBERG, V. U. Comportamento materno em mamíferos: bases teóricas e aplicações aos ruminantes domésticos. São Paulo: SBEI, 1998.  
PARANHOS DA COSTA, M. J. R.; SANT'ANNA, A. C. (ed.). Bem-estar animal como valor agregado nas cadeias produtivas de carne. Jaboticabal: Funep, 2016.  
SIMMONS, P. Criação de ovinos. Mem Martins: Publicações Europa Americana, 1989. 252 p.  
SOBRINHO, A. G. S. Criação de ovinos. 2. ed. Jaboticabal: Funep, 2001. 302 p.  
SOBRINHO, A. G. S. Nutrição de ovinos. Jaboticabal: Funep, 1996. 258 p.  
SOBRINHO, A. G. S. Produção de carne ovina. Jaboticabal: FUNEP, 2008. 228 p.  
SOBRINHO, A. G. S. Produção de ovinos: análise. Jaboticabal: Funep, 1990. 210 p.  
(Processo n. 446/2024-FCAT)  
EDITAL Nº 79/2024 - DTAD/FCAT  
Acam-se abertas, nos termos do Despacho nº 253/2024 - RUNESP de 29/10/2024, publicado em 31/10/2024 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 79/2023, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no período relativo ao ano letivo de 2025, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área Ciências Agrárias, sub-área de conhecimento Agronomia e Zootecnia e na disciplina/conjuntos de disciplinas: "Instalações e Construções Rurais, Suinocultura, Construções e Instalações Zootécnicas, Desenho Técnico e Universal e Biotecnologia Zootécnica", junto ao Departamento de Produção Animal da Faculdade de Ciências Agrárias e Tecnológicas do Câmpus de Dracena.  
O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.  
1. REMUNERAÇÃO  
1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.920,77, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.  
1.2. Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação, na seguinte conformidade:  
Salário - Referência - Titulação  
R\$ 1.920,77 - MS-2 - Mestrado  
R\$ 2.686,58 - MS-3 - Doutorado  
R\$ 3.202,94 - MS-5 - Livre Docente  
1.3. Por tratar-se de contratação em caráter emergencial e temporária, ainda que o candidato venha a obter titulação acadêmica superior após a assinatura do contrato, esta não será considerada para fins de aumento salarial.  
2. INSCRIÇÕES  
2.1. As inscrições serão recebidas via internet, acessando o Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 192,00 por meio de transferência bancária: Banco do Brasil, Agência 0373, Dígito 5, Conta 130.536-0, no período das 09:00 do dia 12/11/2024 às 17:00 do dia 26/11/2024, observado o horário de Brasília.  
2.2. A inscrição somente será analisada se atendidos os termos do item 4.3 deste edital.  
2.3. A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição no prazo final do período indicado no item 2.1.  
2.4. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 05 (cinco) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.  
2.5. Não haverá reserva de percentual de que trata a Lei Complementar 638/1992 em razão do número de vagas.  
3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO  
3.1. Poderão inscrever-se graduados em curso superior em Agronomia, Engenharia Agrônoma, Medicina Veterinária e Zootecnia que tenham, no mínimo, título de Mestre na área das disciplinas que pretendem lecionar.  
3.1.1. Os diplomados de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição;  
3.1.1.1. Os diplomados de graduação obtidos no exterior deverão estar revalidados por Universidades Públicas, atendendo os termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996;  
3.1.2. Os títulos de Mestre, de Doutor e de Livre-docente serão aceitos para inscrição obedecendo aos seguintes dispositivos:  
3.1.2.1. os diplomas de Mestrado e de Doutorado serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);  
3.1.2.2. os diplomas de Mestrado e de Doutorado obtidos no exterior serão aceitos, desde que estejam reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação recomendados pela CAPES e autorizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).  
3.1.2.3. os títulos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) obtidos por instituições de ensino superior estrangeiras de curso na modalidade de Educação à distância (EAD) não são passíveis de equivalência.  
3.1.2.4. o título de Livre-docente obtido fora da Unesp será aceito, desde que se reconheça sua equivalência aos títulos conferidos pela Unesp.  
3.1.2.5. O atendimento aos itens 3.1.1 e 3.1.2 é condição para a continuidade do vínculo docente com a Unesp.  
3.2. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.  
3.3. O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte, entretanto, por ocasião da contratação deverá comprovar, ser portador de visto permanente ou a cédula de identidade com visto temporário com prazo de validade compatível. Caso ainda não possua, deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, cópia simples do protocolo do pedido de visto temporário.

## 4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Para a confirmação da inscrição, o candidato deverá preencher o formulário de inscrição, indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando, em formato "portable document format" (PDF), frente e verso, os documentos abaixo:  
4.1.1. Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;  
4.1.2. comprovante de graduação em curso superior, bem como de ser portador do título de Mestre ou portadores de certificado de especialização em nível de pós-graduação na área da disciplina que pretendem lecionar ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado, na ocasião da contratação, (quando for o caso).  
4.1.3. Nos casos de transferência ou depósito bancário, o candidato deverá anexar o comprovante da operação bancária no Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br/>.  
4.1.4. Currículo Lattes documentado das atividades realizadas, (inclusive com o histórico escolar - graduação e pós-graduação do candidato) no qual sejam indicados os trabalhos publicados e todas as demais informações que permitam cabal avaliação do mérito do candidato.  
4.1.5. Os candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site [www.conselho.gov.br](http://www.conselho.gov.br) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.  
4.2. No ato da contratação, a apresentação das vias originais da documentação mencionada neste edital poderá ser solicitada.  
4.3. Todos os documentos serão enviados através do Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br/>, anexos ao pedido de inscrição do candidato, no formato PDF (Portable Document Format), com limite de 200MB por arquivo, devendo a confirmação do envio ser realizada por meio do clique no botão "Confirmar Envio da Documentação" nas páginas destinadas à inserção da documentação complementar no Sistema de Inscrições.  
5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007  
5.1. A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:  
5.1.1. sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.  
5.1.2. percubam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.  
5.1.3. A concessão da redução ficará condicionada à apresentação pelo candidato, no ato da inscrição;  
5.1.4. quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:  
5.1.4.1. certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;  
5.1.4.2. carta de identidade estudantil ou documento similar, expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;  
5.1.4.3. quanto às circunstâncias previstas no item 5.1.2, deste Edital, do comprovante de renda ou de declaração, por escrito, da condição de desempregado.  
5.2. O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar nos 05 (cinco) primeiros dias do período de inscrição, de 09h do dia 12/11/2024 às 17h do dia 18/11/2024, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br/> (no campo "Outros", do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento.  
5.3. O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa, sem prejuízo de eventual apresentação dos originais caso a Unesp entenda necessário. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.  
5.4. Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.  
5.5. O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no local das inscrições no dia 20/11/2024, a partir das 10 horas, e no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contados a data de divulgação.  
6. DA CANDIDATURA LACTANTE  
6.1. No momento da inscrição, deverá ser informada, pela candidata lactante de filho de até 6 (seis) meses de idade, a necessidade de amamentação durante a realização da prova escrita.  
6.1.1. A data de nascimento da criança deverá ser informada no momento de realização da inscrição.  
6.2. Antes do horário de início da prova escrita, informar o horário previsto de saída da prova para amamentação.  
6.3. Caberá à candidata lactante designar um acompanhante, maior de idade, para ser responsável pela criança, o qual será conduzido, antes do horário de início da prova escrita, para aguardar em uma sala reservada para tal fim.  
6.4. O acompanhante deverá submetido a todas as normas constantes deste Edital, inclusive a apresentação de documento oficial de identificação e à proibição de utilização de equipamentos eletrônicos.  
6.5. Não haverá permanência da candidata com a criança no local de realização da prova escrita.  
6.6. A Realidade não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.  
6.7. No momento da amamentação:  
6.7.1. a candidata será conduzida para um lugar reservado para tal finalidade, devendo ser acompanhada por um fiscal;  
6.7.2. o material de prova deverá permanecer no local de realização da avaliação;  
6.7.3. e vedada a presença do acompanhante da criança.  
6.8. É vedada a comunicação entre a candidata e o acompanhante no decorrer do período de aplicação da prova escrita.  
6.9. O período de amamentação será contabilizado para fins de compensação do tempo de duração da prova da candidata.  
6.10. Excetuada a situação prevista nesta seção "Da Candidata Lactante", não será permitida a permanência de criança ou de adulto de qualquer idade nas dependências do local de realização da prova, sob pena de eliminação da candidata do certame.  
7. CONDIÇÃO ESPECIAL/PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
7.1. O candidato que se identifica como pessoa com deficiência deverá, no ato de inscrição, fazer essa declaração e apresentar laudo médico legível atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a causa da deficiência. O laudo deve ser anexado ao pedido de condição especial do candidato, no formato PDF (Portable Document Format), com limite de 200MB por arquivo.  
7.2. No ato da inscrição, o candidato deverá especificar no formulário eletrônico disponível no endereço: <https://inscricaoes.unesp.br>, campo informações complementares, os recursos necessários para assegurar a adaptação da sua prova, bem como dilação do tempo da prova escrita.  
7.3. O candidato que, dentro do período de inscrições, deixar de atender ao estabelecido no item 7.2, não será considerado pessoa com deficiência e não poderá interpor recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada ou as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.  
7.4. O atendimento às condições especiais pleiteadas ficará sujeito à análise da razoabilidade e viabilidade do solicitado.

## 8. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

8.1. Findo o prazo previsto no item 2.1, a Comissão Examinadora, em 2 (dois) dias úteis depois de publicado no Diário Oficial do Estado-DOE e divulgado no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br/> o ato formal de sua constituição, decidirá acerca das inscrições efetuadas, divulgando o ato decisório no endereço eletrônico indicado no edital, com esclarecimentos acerca dos recursos regimentais cabíveis para a hipótese de indeferimento.  
8.1.1. As inscrições que não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no edital de abertura de inscrição serão indeferidas e publicadas no DOE, juntamente com as deferidas.  
8.1.2. O candidato poderá requerer através do endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br/>, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a data da publicação a que se refere o item 8.1, reconsideração quanto ao indeferimento de sua inscrição, que será apreciada pela Congregação da Unidade Universitária, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do prazo final de recurso.  
8.1.3. Após transcorridos os prazos recursais, será divulgada a lista definitiva dos inscritos.  
9. COMISSÃO EXAMINADORA  
9.1. As provas serão avaliadas por Comissão Examinadora especialmente criada para o certame.  
9.2. A Comissão Examinadora será indicada pelo Conselho do Departamento de Ensino e constituída por ato formal da Congregação da Unidade Universitária depois de encerradas as inscrições.  
9.3. A Comissão será integrada por 6 (seis) docentes (3 membros titulares e 3 suplentes) da área ou disciplina objeto do concurso e com titulação igual ou superior àquela exigida dos candidatos.  
9.4. A composição da Comissão Examinadora será divulgada no endereço eletrônico da universidade, paralelamente ao hiperlink de acesso ao edital do concurso, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização da primeira prova.  
9.5. Os membros da Banca Examinadora não deverão ter conflitos de interesse, de acordo com a Portaria UNESP 63/2023.  
9.6. No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista definitiva dos inscritos (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada, ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.  
9.7. Terá legitimidade para apresentar a impugnação:  
9.7.1. qualquer candidato com inscrição deferida;  
9.7.2. membro da Congregação da Unidade Universitária;  
9.7.3. membro da própria Comissão.  
9.8. A impugnação será julgada pelo Diretor da Unidade, no prazo de até 2 (dois) dias, em decisão fundamentada.  
9.9. Se acolhida a impugnação, competirá ao Diretor da Unidade, de imediato, substituir o membro da Comissão Examinadora, respeitadas as mesmas exigências da formação original e renovada a possibilidade de impugnação a partir da publicação do ato.  
9.10. Ainda que não haja impugnação formal, o Diretor da Unidade poderá determinar ex officio, de forma fundamentada, a substituição de membro da Comissão caso tenha conhecimento de causa de impedimento não declarada (verdade sabida). Com a nova publicação, observar-se-á o disposto nos itens anteriores desta cláusula.  
9.11. Será considerada definitiva a Comissão Examinadora:  
9.11.1. quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação, com ou sem substituição ex officio;  
9.11.2. se a impugnação apresentada não for acolhida;  
9.11.3. se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falta.  
9.12. A realização da Comissão Examinadora deverá ser realizada através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricaoes.unesp.br/> dentro do prazo previsto no item 9.6.  
10. PROVAS, REALIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO  
10.1. O concurso de provas e títulos constará de três fases:  
10.1.1. Prova escrita de caráter classificatório, versará sobre tema a ser sorteado de uma lista de pontos, no momento da aplicação da prova, elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso, e terá a duração de 04 (quatro) horas, sendo a primeira hora destinada à consulta de material e organização de roteiro e as restantes destinadas à redação. Não será permitida a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos para consulta, tais como computador, tablet ou smartphone. Somente será autorizada a consulta a livros, informes técnicos, artigos e outros materiais impressos, desde que conste informação sobre a fonte. Após a primeira hora para consulta, o candidato discorrerá sobre o ponto sorteado, sendo vedada, nesse período, a utilização de anotações, roteiros, livros e qualquer outro material de apoio.  
10.1.1.1. Exclusivamente durante o período de consulta, o candidato poderá utilizar de anotações, roteiros, livros, ou outro material de apoio, sendo vedado o uso de dispositivos eletrônicos, desde que conste informação sobre a fonte.  
10.1.1.2. É vedada a identificação dos candidatos nas provas escritas, devendo ser assegurado o sigilo mediante utilização, nas folhas de prova, de número de identificação que será revelado aos integrantes da banca examinadora somente após a divulgação das respectivas notas.  
10.1.2. Prova didática, de caráter classificatório, que constará de aula teórica, em nível de graduação, com duração mínima de 40 minutos e máxima de 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com, no mínimo, 24 horas de antecedência da lista do programa.  
10.1.3. análise de Currículo Lattes documentado, de caráter classificatório.  
10.2. O concurso poderá ser realizado, a critério da Unidade, de dois modos: presencial ou híbrido, que será divulgado quando da convocação para as provas.  
10.2.1. O modo presencial será aplicado de acordo com as normas vigentes na Unesp e os candidatos e membros da Comissão Examinadora deverão estar presencialmente no local em que o concurso será realizado.  
10.2.2. No modo híbrido serão adotados os seguintes critérios:  
10.2.2.1. os candidatos, o presidente e os demais membros da Comissão Examinadora que pertencem à unidade de origem do concurso deverão, necessariamente, estar presencialmente nas dependências físicas onde o concurso será realizado;  
10.2.2.2. os membros da Comissão Examinadora que sejam externos à Unesp, ou a unidade de origem do concurso, participarão de forma remota, por meio de sistemas de videoconferência, ou outros meios eletrônicos de participação à distância.  
§1º - Durante a realização da prova, caso seja verificado problema técnico que inviabilize a participação de membros da Comissão Examinadora externos à unidade de origem do concurso, em não havendo restabelecimento da conexão no prazo de trinta minutos, a etapa será suspensa, com convocação posterior de nova data.  
§2º - Havendo o restabelecimento da conexão, a prova será retomada a partir da etapa em que houver ocorrido a interrupção temporária ou, diante da impossibilidade de retomada, será integralmente refeita.  
§3º - Serão preservadas as provas finalizadas antes de interrupção por problemas técnicos.  
§4º - As ocorrências de problemas técnicos deverão ser registradas no relatório do concurso.  
§5º - A análise e a avaliação realizadas de forma remota pelos membros externos da Comissão Examinadora ocorrerão nas mesmas condições oferecidas aos membros internos na forma presencial.  
10.3. As provas só terão início depois de publicadas as decisões de recursos eventualmente interpostos contra o indeferimento das inscrições.

10.3.1. Data, horário e local para a realização das provas deverão ser acompanhados pelo candidato por meio de Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado - DOE e divulgado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

10.3.2. No dia da realização das provas, o candidato deverá apresentar original em um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Orgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física, Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteira de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Serão também aceitos digitalmente apenas a Carteira Nacional de Habilitação e Título de Eleitor, desde que o candidato apresente o documento DIRETAMENTE do aplicativo (prints e fotos dos documentos não serão aceitos).

10.4. Os critérios e respectivas pontuações de avaliação das provas, julgamento, classificação e desempate serão definidos pelo Conselho do Departamento de Ensino na Unidade Universitária, valendo-se de legislação específica, elaborada pela unidade e aprovada em Congregação, observadas as seguintes particularidades:

10.4.1. Nas duas primeiras fases do concurso, a avaliação de cada candidato constituirá ato privativo do integrante da Comissão, o qual deverá apresentar as suas notas de forma reservada à Presidência do órgão.

10.4.2. A abertura dos documentos de atribuição de notas será feita em reunião da Comissão e na presença de todos os seus membros titulares, depois de examinados todos os candidatos e esgotadas todas as fases.

10.4.3. A análise referida na terceira fase do concurso poderá ser feita de forma consensual pelos membros da Comissão, antes da abertura das demais notas atribuídas às provas das fases precedentes, observados os critérios objetivos de pontuação previstos em legislação específica da Unidade e previamente divulgados no edital do concurso.

10.4.4. Apuradas todas as notas, serão divulgadas as médias finais, na ordem de classificação.

10.4.4.1. Quando da publicação das médias finais, os candidatos terão acesso, via Sistema de Inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, às planilhas de composição das notas de todos os candidatos.

10.4.5. O resultado do concurso será homologado pela Congregação da Unidade Universitária e publicado no Diário Oficial do Estado - DOE.

#### 11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O curso de provas e títulos constará de três fases:

- I- Prova Escrita: caráter classificatório;
- II- Prova Didática, de caráter classificatório;
- III- Análise de Currículo Lattes documentado, de caráter classificatório.

I - Prova escrita de caráter classificatório, versará sobre temas a serem estabelecidos em edital, no momento da aplicação da prova, elaborada pela Comissão Examinadora a partir do programa do concurso e terá a duração de 4 (quatro) horas, sendo a primeira hora destinada a consulta de material e organização de roteiro e as restantes destinadas à redação. Não será permitida a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos para consulta, tais como computador, tablet ou smartphone. Somente será autorizada a consulta a livros, informes técnicos, artigos e outros materiais impressos, desde que conste informação sobre a fonte; Após a primeira hora para consulta, o candidato descobrirá sobre o ponto sorteado, sendo vedada, nesse período, a utilização de anotações, roteiros, livros e qualquer outro material de apoio.

II - Prova didática, de caráter classificatório, que constará de aula teórica, em nível de graduação, com duração mínima de 40 minutos e máxima de 60 minutos, sobre tema a ser sorteado com, no mínimo, 24 horas de antecedência da lista do programa.

III - Análise do Currículo Lattes documentado, de caráter classificatório.

Critérios de avaliação:

- Prova Escrita: peso 1
  - a) Redação - pontuação máxima 3,0
    - Correção da escrita em relação à norma culta da língua portuguesa - (1,0);
    - Clareza e objetividade - (2,0);
    - b) Conteúdo - pontuação máxima 7,0
    - Adequação ao tema proposto na prova - (4,0);
    - Capacidade de argumentação crítica, coesa e coerente - (3,0).

Total Prova Escrita: 10,0.

- Prova Didática: peso 2
  - Plano de Aula - pontuação máxima 1,0;
  - Apresentação e abordagem do tema - pontuação máxima 1,0;

- Adequação do conteúdo da aula ao tema - pontuação máxima 1,0;
- Desenvolvimento sequencial do tema em ordem lógica e clara - pontuação máxima 1,0;
- Clareza e objetividade - pontuação máxima 1,0;
- Clareza/atualidade das informações - pontuação máxima 0,5;
- Capacidade de síntese e abrangência - pontuação máxima 0,5;
- Adequação e qualidade do material didático - pontuação máxima 1,0;
- Clareza/objetividade - pontuação máxima 1,0;
- Adequação da linguagem e correção gramatical - pontuação máxima 1,0.

- Ritmo da aula, fluência ao falar e dicção - pontuação máxima 1,0;
- Uso adequado do tempo disponível - pontuação máxima 1,0.

Total Prova Didática: 10,0.

Análise de Currículo Lattes documentado: peso 1. Será realizada mediante a análise do Currículo Lattes, devidamente documentado, devendo ser numerados e apresentados de acordo com os critérios abaixo descritos:

- I - Títulos Acadêmicos: 3,0 pontos; sendo pontuados:
  - Doutorado e linha de pesquisa na área objeto do concurso: 2,0 pontos;
  - Doutorado na área objeto do concurso com tese em outras linhas de pesquisa: 1,5 ponto;
  - Mestrado e linha de pesquisa na área objeto do concurso: 1,0 ponto;
  - Mestrado na área de objeto do concurso com dissertação em outras linhas de pesquisa: 0,5 ponto.
- II - Produção Científica, Artística, Técnica, Cultural e Atividades de Extensão: 3,0 pontos; sendo pontuados:
  - Artigos em periódicos com Fator de Impacto (ICR) igual ou maior a 2: 0,50 ponto por publicação.
  - Artigos em periódicos com Fator de Impacto (ICR) entre 1 e 2: até 0,35 ponto por publicação.
  - Artigos em periódicos com Fator de Impacto (ICR) menor que 1: 0,20 ponto por publicação.
  - Artigos em periódicos sem Fator de Impacto (ICR): 0,05 ponto por publicação
  - Livro internacional publicado por editora com corpo editorial: 0,20 ponto por publicação.
  - Livro nacional publicado por editora com corpo editorial: 0,10 ponto por publicação.
  - Capítulo de livro internacional publicado por editora com corpo editorial: 0,10 ponto por publicação.
  - Capítulo de livro nacional publicado por editora com corpo editorial: 0,05 ponto por publicação.
  - Palestras ministradas em Congressos e Simpósios internacionais: 0,10 ponto por palestra ministrada.
  - Palestras ministradas em Congressos e Simpósios nacionais: 0,05 ponto por palestra ministrada.

- Patentes ou propriedades intelectuais: 0,25 ponto por patente ou propriedade intelectual.

- Resumo publicado em Anais de Eventos: 0,30 por resumo.

- III - Atividades Didáticas: 3,00 pontos; sendo pontuados:
  - Ensino de Graduação: até 0,30 ponto por disciplina, a critério da banca, limitado a 1,50 ponto;
  - Ensino de Pós-graduação: até 0,30 ponto por disciplina, a critério da banca, limitado a 1,00 ponto.

- Orientação de iniciação científica com ou sem bolsa: 0,20 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 1,00 ponto.

- Orientação de trabalho de graduação ou estágio supervisionado obrigatório: 0,10 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 1,00 ponto.

- Co-Orientação de trabalho de graduação ou estágio supervisionado obrigatório: 0,05 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 0,50 ponto.

- Orientação de mestrado concluído: 0,50 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 1,50 ponto.

- Co-Orientação de mestrado concluído: 0,25 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 1,00 ponto.

- Orientação de doutorado concluído: 1,00 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 2,00 pontos.

- Co-Orientação de doutorado concluído: 0,50 ponto por orientação, a critério da banca, limitado a 1,00 ponto.

- Supervisão de pós-doutorado concluído: 1,00 ponto por supervisão, a critério da banca, limitado a 2,00 pontos.

- IV - Outras atividades: 1,00 ponto; sendo pontuados:
  - Consultorias e pareceres oficiais de sociedades técnicas, peritagens ou agências de fomento ou com ART: 0,10 ponto por atividade;

- Experiência profissional: 0,20 ponto por ano;

- Participação em banca de mestrado ou doutorado, de qualificação ou defesa: 0,10 ponto por participação.

- Participação em banca de trabalhos de graduação: 0,05 ponto por participação.

- Pós-doutorado com bolsa de agência de fomento: 0,50 ponto.

- Organização de eventos científicos: 0,10 ponto por organização.

- Prêmios e títulos: 0,10 ponto por prêmio ou título.

- Colaboração em grupos de pesquisa internacionais: 0,10 ponto por colaboração.

- Cursos de curta duração na área do concurso: 0,10 ponto por curso de curta duração.

- Total Análise de Currículo Lattes documentado: 10,0

- Nota do Candidato: (Nota da Prova Escrita) + (Nota Prova Didática x 2) + (Nota Análise de Currículo Lattes documentado) / 4

12. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

12.1. Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 07 (sete), atribuídas por, pelo menos, 02 (dois) membros da comissão examinadora.

12.2. A ordem de classificação dos candidatos aprovados será estabelecida em função da maior média final obtida.

12.3. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

12.3.1. com idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

12.3.2. melhor média na Prova Didática.

12.3.3. melhor pontuação na prova de Títulos.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso, devidamente fundamentado, à Congregação nas seguintes hipóteses:

13.1.1. quando da classificação dos candidatos aprovados, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação da lista de inscritos, no Diário Oficial do Estado;

13.1.2. do resultado final do concurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua divulgação no Diário Oficial do Estado-DOE.

13.2. O candidato poderá interpor recurso, devidamente fundamentado, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

14. CONTRATAÇÃO

14.1. A contratação somente se efetivará após a homologação, esgotado o prazo para recurso ou julgados definitivamente os recursos interpostos.

14.2. Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito líquido e certo à contratação, no prazo de validade do concurso e na forma especificada no edital.

14.3. O contrato de trabalho será estabelecido em prazo máximo equivalente ao ano letivo fixado no calendário escolar, correspondendo ao período de até 10 (dez) meses, quando não poderá ser prorrogado, sendo que o estabelecido pelo período de até 5 (cinco) meses, poderá ser prorrogado uma única vez, a critério da Administração.

14.4. comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

14.5. comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

14.6. O candidato estrangeiro firma dispensado das exigências contidas nos subitens 14.4 e 14.5.

14.7. Em caso de diploma de graduação obtido no exterior, o candidato deverá apresentar o comprovante de revalidação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.

14.8. Em caso de títulos obtidos fora da Unesp que exijam equivalência o candidato deverá apresentar a sua comprovação ou o respectivo protocolo de solicitação até a data da contratação.

14.8.1. Sendo apresentado protocolo com data superior a 30 dias, o candidato deverá anexar documento comprobatório referente ao andamento do processo de equivalência atualizado.

14.8.2. Após 3 (três) meses da contratação, a falta de dar continuidade a seu vínculo docente, caso ainda não tenha sido comprovada a equivalência, deverá ser apresentado, novamente, o andamento do processo com a respectiva comprovação.

14.9. Não registrar antecedentes criminais.

14.10. O candidato deverá observar, o prazo de interstício mínimo entre o término da vigência de um contrato em qualquer Unidade da Unesp e o início de outro, previsto na Lei Complementar nº 1093/2009 e suas alterações.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O resultado final do concurso público será publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

15.2. A Congregação terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder o recurso impetrado, a contar do prazo final para recurso.

15.3. O resultado final do concurso público será homologado pela Congregação da Unidade Universitária.

15.4. Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido ou não portar documento original oficial com foto.

15.5. A validade deste concurso será a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da homologação até o final do ano letivo.

15.6. Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado, exceto nos casos em que o concurso público não se realize.

15.7. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no Diário Oficial do Estado-DOE e no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, referente ao presente concurso.

15.8. Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela comissão examinadora.

15.9. A publicação no Diário Oficial do Estado-DOE da presente Edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas.

15.10. Implicará na rescisão por justa causa do candidato:
 

- 15.10.1. o não atendimento dos itens 3.1.1., 3.1.2. e 14.8.2;

15.10.2. a não apresentação da cédula de identidade com visto permanente, no caso de candidato estrangeiro.

15.11. O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

15.12. O candidato que prestar declaração falsa, inexistente ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que o seja constatado posteriormente.

15.13. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado-DOE.

15.14. Qualquer membro da Congregação da Unidade tem legitimidade para denunciar à direção da Unidade, ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público, de forma fundamentada, a regularidade que constar na execução do concurso, em qualquer das suas fases.

PROGRAMA

1. - Temorregulação e conforto térmico;

2. - Ambiente e estratégias para o conforto térmico animal;

3. - Características adaptativas dos animais associadas à temorregulação;

4. - Construções zootécnicas para aves de corte e postura;

5. - Construções zootécnicas para suínos;

6. - Construções zootécnicas para bovinos;

7. - Características das construções rurais que contribuem para o bem-estar animal;

8. - Utilização do programa Autocad para elaboração de projetos arquitetônicos.

9. - Sistemas de produção de suínos;

10. - Exigências nutricionais e programas de alimentação de suínos;

11. - Manejo de suínos nas fases de recria e terminação;

12. - Biossegurança e manejo sanitário na suinocultura;

Bibliografia: BAUER, J. O. Materiais de construções. São Paulo: Nobel, 1974. 259 p.

AMARAL, A. L. et al. Boas práticas de produção de suínos. Condição: Embrapa Suínos e Aves, 2006. 60 p. (Circular Técnica, 57).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10067: princípios gerais de representação em desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10068: folha de desenho: laiaute e dimensões. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10126: contagem em desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10582: apresentação da folha para desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10647: desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 12298: representação de área de corte por meio de hachuras em desenho técnico: procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 12298: representação de área de corte por meio de hachuras em desenho técnico. Rio de Janeiro: ABNT, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 13142: desenho técnico: dobramento de cópia. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 13272: desenho técnico: elaboração das listas de itens. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 13273: desenho técnico: referência a itens. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

BAUER, L. A. F. Materiais de construção. 5. ed. [S.l.]: LTC, 2005. 2 v.

BERTOLIN, A. Suinocultura. Curitiba: Littero Técnica, 1992. 302 p.

BORGES, A. C. Prática das pequenas construções. São Paulo: Edgard Blucher, 1968. 329 p.

BORTOLOZZO, F. P. et al. A fêmea suína de reposição. Porto Alegre: Pallotti, 2006. 128 p.

BORTOLOZZO, F. P. et al. Inseminação artificial na suinocultura tecnicada. Porto Alegre: Pallotti, 2005. 185 p.

BRIDI, A. M.; SILVA, C. A. Métodos de avaliação da carcaça e da carne suína. Londrina: Midograf, 2007. 97 p.

CAVALCANTI, S. S. Suinocultura dinâmica. Belo Horizonte: FEP/MPV, 2000. 494 p.

FREIRE, W. J.; BEZALDO, A. L. Tecnologias e materiais alternativos de produção. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. 331 p.

MONTENEGRO, G. A. Desenho arquitetônico. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Edgard Blucher, 1985. 142 p.

OSBERG, L. Desenho arquitetônico. 22. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1979. 156 p.

PEREIRA, J. C. C. Fundamentos de biotecnologia aplicadas à produção animal. Belo Horizonte: Editora da FEP MVZ, 2010.

PEREIRA, M. F. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1983. 493 p.

ROSTANG, H. S. et al. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. 4. ed. Viçosa: MG: Departamento de Zootecnia. UFV, 2017. 488 p.

ROSTON, A. J. Utilização de técnicas modernas na exploração leiteira. Campinas: Fundação Cargill, 1985. 233 p.

SILVA, J. J. O. Ambiente e qualidade na produção industrial de suínos. Piracicaba: Fealq, 1999. 247 p.

SILVA, R. G. Bioética ambiental: os animais e seu ambiente. Jaboticabal: FUNEP, 2008.

SILVA, R. E. Introdução à biotecnologia animal. São Paulo: Nobel, 2000.

SOBISTANSKY, J. et al. Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho. Brasília: EMBRAPA SPI, 1998. 388 p.

UPNMOOR, I. Produção de suínos: a matriz. Guaíba: Agropecuária, 2000. 162 p.

UPNMOOR, I. Produção de suínos: crescimento, terminação e abate. Guaíba: Agropecuária, 2000. 77 p.

UPNMOOR, I. Produção de suínos: da concepção ao desmama. Guaíba: Agropecuária, 2000. 133 p.

UPNMOOR, I. Produção de suínos: período de creche. Guaíba: Agropecuária, 2000. 92 p.

VIGORELLI, R. Manual prático do construtor e mestre de obras. Curitiba: Hemus, 2004. 181 p.

WESLEY, J. F.; BEZALDO, A. L. Tecnologias e materiais alternativos de construção. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PERIÓDICOS

BRASIL. JOURNAL OF POULTRY SCIENCE. Campinas: Fundação APIPO e de Ciência e Tecnologia Avícolas, 1999. - ISSN 1516-633X.

REVISTA BRASILEIRA DE ZOOTECNIA. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 1998. - ISSN 1806-9290 versão online. (Processo n. 447/2024-FCAT)

#### CAMPUS DE GUARATINGUETA

Faculdade de Engenharia

EDITAL Nº 289/2024- FEG/STGP

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 2532/024-RUNESP de 29/10/2024, publicado em 31/10/2024 e com base na Resolução UNESP nº 58/2018 e alterações posteriores e Portaria UNESP nº 79/2023, as inscrições do concurso público de Provas e Títulos para contratação de 01 (um) PROFESSOR SUBSTITUTO, por prazo determinado, em caráter emergencial, para atender excepcional interesse público, no ano letivo de 2025, em 12 horas semanais de trabalho, sob o regime jurídico da CLT e legislação complementar, na área de Engenharia Mecânica, subárea de Projeto de Máquinas, no conjunto de disciplinas "Desenho Técnico I, Desenho Técnico II, Desenho Técnico Mecânico I, Desenho Técnico Mecânico II, Desenho Técnico Aplicado à Produção, Elementos de Projeto Mecânico, Elementos de Máquinas", junto ao Departamento de Mecânica desta Faculdade de Engenharia e Ciências do Câmpus de Guaratingueta. O contratado deverá exercer as atividades de docência em cursos de graduação nos períodos diurno e/ou noturno, dependendo das necessidades do Departamento.

#### 1. REMUNERAÇÃO

1.1. O salário de Professor Substituto é de R\$ 1.920,77, correspondente à referência MS-2, em 12 horas semanais, acrescido de benefícios regulamentados internamente.

1.2. Caso o candidato tenha título superior ao exigido, o salário será correspondente à titulação, na seguinte conformidade:

Salário - Referência - Titulação

RS 2.686,58 - MS-3.1 - Doutorado